



>> Rankings das escolas: desordenação e desigualdade de oportunidades

“Todas as nossas escolas são escolas de guerra, pelo recrutamento, porque só queremos os mais aptos ou aqueles que julgamos mais aptos, pela disciplina do curso e do comportamento, e pelo nosso objectivo de, no final dos estudos, os repartirmos por armas.”. Em sintonia com este excerto de Agostinho da Silva na sua obra *Espiral*, fica claro que na sociedade portuguesa moderna a entrada para certas escolas tem vindo a ser uma luta fratricida, sendo que em tempo de guerra nem sempre há ética no comportamento guerreiro; por outro lado, e em dessintonia com o filósofo atendendo à crise socioeconómica, não há hoje armas para repartir à saída da escola – não há trabalho especializado para especialista.

É nesta trapalhada que a contemporaneidade nos confronta com a necessidade de quantificar tudo e de tudo ordenar. Os rankings das escolas pretendem comparar fortes, distinguir fortes de fracos. Talvez, permitir tirar ilações para melhoria. Comparar não é errado, antes pelo contrário, todos queremos o melhor para a educação; uma forma de as instituições melhorarem é também pelo seu posicionamento relativo em relação às demais. Tudo isto é verdade apenas e só se se comparar o comparável.

Faz sentido ordenar na mesma escala uma escola em centro urbano bem desenvolvido com outra no interior rural por desenvolver? Escolas com corpo docente estável e motivado com escolas carentes de professores que abracem um projeto educativo e que sejam abraçados pela instituição e sociedade envolvente? Escolas com infraestruturas com outras quase sem condições de funcionamento? Ora, todos aceitamos que a existir uma ordenação ela deveria levar em linha de conta certos condicionalismos, formando, digamos, uma ordenação por patamares ou categorias. Quando analisamos o ranking das escolas vemos um rol de escolas, indiferenciadas em relação a muitos destes (e outros) aspetos que teriam que ser diferenciadores e condicionadores. Mesmo que alguns fatores de diferenciação tenham vindo a ser incluídos, a notícia não os releva. Não é uma crítica à comunicação social. O processo é que é complexo, e não pode ocupar os 5 minutos de abertura de um telejornal. Exige um programa que

informe e contraponha. No ranking atual o que significa ficar em primeiro lugar? É a melhor escola? O que é ser a melhor escola?

Ora, quem faz verdadeiramente a escola, a melhor escola, são os estudantes pela capacidade que têm, pelo que trazem de casa, pelo seu conhecimento do mundo e pelas suas experiências de vida, pelo acesso que têm à informação também, e sobretudo, fora da escola. Com o forçar da ideia que todos devem ter igualdade de oportunidades em escolher a escola em que querem estudar, criou-se a falsa ideia de que o “modelo” atual proporciona aos nossos filhos a melhor oferta possível. Todos percebem que no limite haverá uma escola que é melhor que todas as outras e que portanto, não é possível satisfazer todos os interessados. Mas quem tem acesso à informação? Quem pode “pagar” a entrada na melhor escola? A resposta é: uma parte pequena da sociedade, no fundo um conjunto de eleitos. Afinal quando pensávamos que tínhamos uma escola democrática, o que temos é uma escola verdadeiramente elitista. A escola que antes era para alguns, porque os outros não tinham possibilidades intelectuais e/ou económicas para a frequentarem, permanece agora para poucos, porque há muitas escolas mas em muitas delas não se consegue ensinar/aprender. Mesmo em muitas das escolas de excelência, porque o contingente de progressão é limitado a um conjunto de notas muito elevadas, há a inversão completa do ónus: o importante não é formar, ajudar a explorar e enriquecer mas antes o preparar para ultrapassar determinadas provas e obstáculos específicos otimizando técnicas de resposta. Ensina-se a responder, não a perguntar. Aprende-se a contornar não a dominar.

Ora, atendendo a que

1. A escola não é mais um espaço de formação, é um negócio.

Esta constatação está excelentemente retratada por Joaquim Almeida Santos (2013) quando refere “Transformada em empresa, a escola vende uma mercadoria a que uns chamam educação e outros simplesmente instrução. Estabelece-se, de forma crescente, uma relação comercial e jurídica que envolve, como em qualquer negócio, duas partes, um vendedor (que é a escola) e um comprador, um cliente (que é, diretamente, o aluno e, de forma entroposta, a família desse aluno). No meio há um “bem”. Intangível

mas que se quer forçosamente que tenha características de uma mercadoria tangível, palpável, observável e facilmente mensurável em termos de qualidade.”

Mas não é só a instituição escola que surge como agente económico, também livros e material de apoio são mercadorias que fazem movimentar muito dinheiro. Todos tivemos de comprar para os nossos filhos tintas, pinceis e canetas especiais de pequeno traço mas de grande custo. Muito deste material nem chega a ser usado. Lembro-me também de uma coleção de livros de educação física que continuam embrulhados. Entregar para que outros os usem é louvável e por vezes ajuda a resolver o problema de famílias mais carenciadas que querem proporcionar boa educação aos filhos. As editoras produzem manuais com papel caro, folhas hiper coloridas, fazendo-os acompanhar de cadernos de atividades e E-manuais - que vendem como blocos pedagógicos. As escolas optam por certos livros e têm de os manter, embora por um período curto. Mas claro, na senda da reforma da reforma, eis senão que os sucessivos ministérios vão alterando os currícula; mesmo que pouco, faz com que o livro do irmão mais velho ou do primo não possam ser reutilizados. Em países mais evoluídos, os livros são entregues pelas escolas aos estudantes. Terminado o ano letivo, estes são obrigados a devolvê-los em condições de reutilização para o próximo ano por outros estudantes. Só há aquisição, a posteriori, caso o estudante os tenha inutilizado. Aqui há muitos anos falava-se na dificuldade de sobrevivência das editoras, agora o sucesso de vendas tem levado a fusões, aquisições, à formação de grandes e poderosos grupos editoriais.

E a que

2. O sucesso escolar é um decreto e não o fruto do esforço.

O sucesso escolar foi decretado. Sim, desencadeado pelo despacho 98-A/92, aquele em que a palavra “reprovado” não consta; apenas a de “não aprovado” no final de um ciclo de estudos ... como pode a escola produzir resultados e consequências do processo educativo se é forçada a transitar impreparados? Falar de modelos de recuperação, sim faz sentido. Mas a não exigência faz da escola um recreio de brincadeiras e de vaidades; não passa de um espelho das frustrações que uns trazem de casa e da frus-

tração daqueles que querem aprender mas não podem porque o nível é gritantemente baixo, a qualidade subestimada e o ritmo perigosamente brando.

As instituições de ensino estão transformadas em máquinas de fornecimento de diplomas e não em espaços de provimento de qualificações. Quem perde então? Perde a sociedade e perdem as famílias e os estudantes que, ébrios pelo sucesso fácil, alimentados pelo sistema, se deixam ludibriar. Investem a sociedade e as famílias, tempo e dinheiro num processo que converge para a falência. Agora perante a crise financeira, tudo vem ao de cima.

O que seria importante evidenciar seria que

3. Não importa se público ou privado: o sistema educativo deve potenciar-se com ambos

Quando o estado entrega cheques dentista a cidadãos para se tratarem no privado, procede de forma inteligente aproveitando potencial instalado, dado que o serviço nacional de saúde não dispõe de uma rede de médicos dentistas. Público e privado convergem num sistema de saúde nacional.

Mas o que se pretende quando se patrocina escolas privadas, quando se aumenta o número de estudantes por turma no público, quando se avalia professores após a estes ter sido reconhecida competência para exercer a profissão? O que se espera de um estado que tem uma rede escola vasta, que ainda recentemente investiu, imenso, na modernização dessa rede? O que esperar da entrega de escolas públicas à gestão privada? Receio responder, de tão evidente que é a resposta. Não seria de o público e o privado, também no ensino, convergirem num sistema de educação nacional?

Infere-se pois que

4. A escola é cada vez menos um espaço de oportunidade

Tal como na guerra o vencedor não deve humilhar nunca o vencido, também um sistema que se quer educativo deve premiar o sucesso e apontar alterações para inverter o insucesso. Nas palavras de François Dubet (2004) "A igualdade de oportunidades

pode ser de grande crueldade para os perdedores de uma competição escolar encarregada de distinguir os indivíduos segundo o seu mérito. Uma escola justa não pode limitar-se a seleccionar os que têm mais mérito; deve preocupar-se também com a sorte dos vencidos”. Se assim não for, tudo é uma grande fraude encapsulada debaixo de (falso) sucesso escolar.

Referências

- Joaquim Almeida Santos, Estudar, é preciso? ... Percursos e práticas de construção do sucesso escolar no quotidiano de jovens na escola pública, Edições Húmus, Lda., 2013
- François Dubet, L'école des chances : Qu'est-ce qu'une école juste?, Seuil, 2004
- Rui Santiago, Maria Fernanda Correia, Orlanda Tavares, Carlos Pimenta, Um olhar sobre os rankings, CIPES, 2004
- <http://www.publico.pt/ranking-das-escolas>